

## CAPÍTULO 5

# CONSIDERAÇÕES: UM TRABALHO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Este trabalho se fundamentou no compromisso de construir reflexões a serviço de projetos que façam avançar práticas democráticas e a garantia de direitos na universidade pública. Na introdução desta pesquisa, afirmamos que a modalidade de trabalho de extensão analisada delimita um território de ação em uma realidade em que, como nos convocou Flavia Schilling<sup>1</sup>, precisamos insistir, continuar fazendo o que temos feito e lembrar e falar o que já foi feito.

As cobranças de qualificação, de superespecialização, de investimento familiar, de desenvolvimento de competências e habilidades, de se manter em um emprego em organizações de trabalho cada vez mais competitivas, excludentes e afeitas à parafernália tecnológica estão presentes no aumento das filas à procura de medicamentos, de atendimentos e tratamentos de saúde em relação aos quais se deposita uma grande expectativa (Angelucci, 2013). Isso tudo em um país em que 5% da população detêm a mesma fatia de renda que 95% e as formas de poder e controle desenvolveram não apenas um *cada-um-por-si-competindo-com-os-outros*, mas, também, um *cada-um-contra-si-mesmo*. Em uma matéria da *Carta Capital* com título provocador – “Não sou pobre, sou empreendedor” –, Esther Solano (2019) afirma que a racionalidade neoliberal penetra as mentes e adentra-se nos corações até invadir tudo. Se consigo, é meu mérito; se não consigo, é meu fracasso.

**Não se sai disso sozinho(a).**

---

1 Em palestra sobre Direitos Humanos e Educação, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, no dia 06 de setembro de 2019.

Aquilo que estava posto quando iniciamos a proposta do Plantão Institucional em 1997 – um certo individualismo do pensamento, digamos assim – ganhou novos contornos. Do ano 2000 para cá, a rede de informações e o controle virtual fazem transparecer as engrenagens de uma forma de governo que monitora e regula as possibilidades a partir das informações. Nada mais de ilusões quanto à possibilidade de desenvolvimento tecnológico intensificar práticas democráticas, pelo contrário, a ênfase é na acumulação de capital com a administração individual da própria vida, agora alocada segundo filtros e algoritmos e requerendo efeitos dopaminérgicos. Temores, antecipação do futuro e excessos que nos distanciam do que podemos.

Já era difícil antes do golpe de 2016 – muito –, mas vínhamos ampliando o antimanicomial em nós, a educação inclusiva em nós, a multiplicidade de gêneros em nós. Ampliando, mesmo percebendo a distância entre a organização cotidiana do trabalho e esses paradigmas (Nader, 2019). Uma distância conivente, utilizando o termo de Eduardo Soares<sup>2</sup>. Ele afirma termos sido coniventes com a criminalização, com o homicídio nas periferias ao nosso lado e com a palavra sendo capturada. O abismo se intensificou e o tempo, depois disso, foi de desmonte. Mas um governo que exerça esse desmonte, não arrasa tudo. “Sua ignorância não abole a memória, sua intolerância não sufoca a alegria e sua indiferença não esmaga as diferenças” (Castro, 2019, p. 11).

Essa conivência teria relação com o que Guattari afirmou em 1986 como um microfascismo em nós (Guattari e Rolnik, 2005). Não poderia ser diferente, somos forjados em uma história de massacre de indígenas, negros(as) e pobres e de violência contra mulheres. Fomos construídos nessa e dessa matéria.

Isso aparece no cotidiano das falas, dos gestos e textos, em que nos remetemos ao outro como equívoco, pista de um microfascismo em nós, formado nos corredores e nas salas de aula dos cursos da área da saúde quando não se questionam os dispositivos criados. Se algo não funciona bem em um atendimento, é imediata a hipótese de um possível problema do paciente em manter-se no atendimento (às vezes nomeado como resistência). Também microfascismos quando, em espaços de discussão e debate sobre um tema comum, ou as discordâncias não podem ser trazidas, ou são interpretadas como ofensas pessoais, impedindo a construção pública do trabalho. Os grupos e os indivíduos contêm microfascismos sempre à espera de cristalização (Foucault, 1977; Deleuze e Guattari, 2000).

Há um perigo, em tempos de intensa presença de autoritarismo e conservadorismo, ao utilizarmos a expressão microfascismo para analisar problemas relacionados à reprodução da desigualdade inerente ao funcionamento de qualquer projeto público construído sob nossos desígnios históricos, seja o SUS, a política de educação inclusiva e os movimentos que lutam pela diversidade de gênero. Quando domina o autoritarismo no campo macropolítico, a explicitação de problemas micropolíticos na universidade pública, no CAPS, no SAICA e nas escolas públicas pode se tornar argumento para aniquilar esses trabalhos. Essa fronteira de disputa é tensa e, sabemos, refere-se a que mundo se luta por construir. Quem defende uma posição macropolítica

---

2 Eduardo Soares proferiu palestra no Seminário Internacional “Democracia em Colapso?”, realizado em 2019 e organizado pelo Sesc São Paulo e pela editora Boitempo.

autoritária, reacionária, racista, machista e homofóbica não faz análise crítica, constrói um discurso ficcional em que contorna como *acidente-a-ser-banido* qualquer coisa que, de antemão, já pretende destruir. Defender um programa referente ao uso abusivo de álcool e drogas – questão política e singular – que vise ao cuidado e à possibilidade de expansão da vida precisa de redução de danos, gente, tempo, espaço, atividades, conversas e encontros para conseguir alguma variação que pode, inclusive, incluir a abstinência. Mas defender um programa referente a essa temática visando à segregação torna o uso abusivo de álcool e outras drogas como *acidente-a-ser-banido* e precisa da abstinência como justificativa para erguer muros e desenvolver trancas.

O ânimo na discussão sobre o microfascismo em nós é, ao percebermos nossa participação em reproduções, exclusões, adoecimentos e impotências, termos a possibilidade de, aí, incidirmos derivações. A percepção de que os efeitos produzidos nos dizem respeito e são frutos das relações das quais fazemos parte, comprova que temos o que fazer. Somos corpos em tensão, contradição e disputa que reconhecem sua dependência com as condições de existência constantemente em construção. Agimos nessas condições, pois aquilo que se constitui é da responsabilidade de um certo agenciamento das relações. Se tínhamos essa certeza em relação à produção e reprodução da economia no sistema capitalista, passamos a ter, também, em relação à produção e reprodução de pensamento, da subjetividade e do inconsciente.

A clareza de nossa participação nas relações em que subjetividades são forjadas, nos animou: focamos nossa lupa nas formas de pensar, viver e agir presentes nos trabalhos realizados. Por isso nossa inquietação ao nos percebermos, enquanto supervisoras de estágio, como coparticipantes, na formação dos(as) estagiários(as) de Psicologia, da construção de uma escrita ressentida e exteriorizada que se pretendia fora do diagrama de forças em que é constituída: os(as) estagiários(as) escreviam, sobre as experiências vividas, textos adjetivantes-rotuladores, efeitos de demandas formuladas por nós.

Esse ânimo diz respeito a uma expansão da vida que não se refere à festa dionísica, ao coletivo e à amizade (o que também é bom), mas que ocorre quando certos encontros entre pessoas, objetos e animais – nada fáceis – geram variação em formas de ser capturadas, causam estranhamentos e ampliam o pensamento.

As questões macro e micropolítica concernem umas às outras.

Ter uma estrutura sociopolítica que garanta espaços e enquadres de participação é questão macropolítica. Por exemplo, são ações desse campo consolidar os Conselhos de Saúde como espaço instituído de participação da comunidade nas políticas públicas e na administração da saúde, defender a garantia de direitos de crianças e adolescentes assegurados em lei pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, implementar a política de cotas no acesso à universidade pública.

Guattari e Rolnik, em 1986 (Guattari e Rolnik, 2005), para exemplificar que uma mudança macropolítica concerne a mudanças micropolíticas, citam as dezenas de delegações patronais que visitavam o Japão pretendendo “japonizar” as classes operárias de seus países de origem. Portanto, “não é utópico considerar que uma revolução, uma

mudança social em nível macropolítico e macrosocial, concerne também à produção da subjetividade, o que deverá ser levado em conta pelos movimentos de emancipação” (p. 34). É o que Deleuze nos incita a pensar quando contrapõe a facilidade em sermos antifascistas no nível molar, macro, “sem ver o fascista que nós mesmos somos, que entretemos e nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e coletivas” (Deleuze, 1996, p. 93)<sup>3</sup>.

A subjetividade se produz. Essa foi uma questão-ação aprendida a duras penas. Não devido ao desafio de buscar produzir subjetividades mais libertárias (o que já é difícil), mas por afirmar estarmos, a todo tempo, produzindo subjetividades e formas de viver: cada gesto, frase e texto, se formaliza entremeado nas relações em que se constrói. O fato de a todo regime sociopolítico corresponder um modo dominante de subjetivação, uma micropolítica dominante nas formas de ser, de pensar e de dizer, requer cuidado com a tendência a reduzirmos as situações vividas, narradas e escutadas ao sentido atribuído por percepções fixadas em marcas-primeiras contornadas por um certo regime de existência.

Esse é o cenário desta pesquisa; ela retrata um esforço, uma insistência em criarmos planos comuns de trabalho e discussão, atentas ao primado das práticas, ou das relações, ou das experiências em que vamos nos tornamos quem somos. No trabalho do Plantão Institucional, sustentamos uma posição em que consideramos as relações como campo produtor dos jogos discursivos: aquilo que se fala e se escreve é, necessariamente, ato das e nas relações em que as falas e as escritas se constituem. Ou, como melhor escreve Rodrigues (2015), “[...] não existem as coisas: a loucura não existe, tampouco o criminoso, o governo, o Estado, a infância, a família, a sexualidade, o indivíduo ou nossa tão querida sexualidade. Só as práticas existem; ou melhor, apenas o que são os dizeres e os fazeres em certo momento...” (Rodrigues, 2015, p. 23).

Questionar o dispositivo de atendimento proposto no Plantão Institucional implica pôr-se em questionamento. E isso precisa de grupo, equipe, aliança, gente, colaboração, escuta e coragem. Por isso ressaltamos a importância das discussões entre a equipe do SePE referentes ao trabalho realizado no Plantão Institucional. Não era raro que alguma de nós não tivesse pensado o que a outra apontava e pensava sobre algum atendimento. Também não era raro, quando atendíamos juntas, que, após o atendimento, tivéssemos discussões sobre as discordâncias perante certas conduções, pois éramos afetadas de diferentes formas. A construção desse plano comum é base desse trabalho.

A proposta, ao constituirmos o Plantão Institucional, era de um processo em que houvesse um espírito de colaboração em meio à avalanche neoliberal competitiva e excludente. “Acolher diferentes vozes e desenvolver o diálogo com saberes advindos da experiência de viver tem como uma das intenções o apoio para a ação política de grupos organizados” (Schmidt, 2006, p. 38). Nada fácil o que algumas vozes traziam:

---

3 Trabalho em uma universidade pública defendendo a educação pública e meus filhos e minha filha estudaram em escolas particulares. Essa escolha revela microfascismos. Dizer isso poderia soar exagero, afinal, vivemos em um país em que há descaso político em relação à educação pública. No entanto, exagero mesmo seria naturalizar essa escolha e desconsiderar sua relação com processos históricos de produção de desigualdades sociais.

profissionais exaustas e tratadas de forma autoritária viviam o insuportável e, com isso, era difícil criar corpo para compor com a vida das crianças e dos jovens. Isso **só tem um jeito**: fazer ressoar, reverberar, dividir, transmudar aquilo que singularmente se vive. E o trabalho de grupo se tornou espaço privilegiado para isso.

### **Não se faz isso sozinho(a).**

Precisávamos dispor de tempo, o que implicava outras insistências, afinal, para satisfazer os critérios avaliativos no trabalho universitário, seria suficiente coordenar apenas alguns atendimentos no Plantão Institucional e escrever artigos sobre isso<sup>4</sup>. As mudanças que ocorreram nas formas de controlar o trabalho de servidores(as) da USP, docentes e funcionários(as) técnico-administrativos(as) incidiram diretamente nas atividades de extensão universitária como as realizadas pelo SePE.

Há uma lógica empresarial (essa que penetra as mentes e adentra-se pelos corações) em que a heterogeneidade das áreas de conhecimento e de atuação no ensino, pesquisa e extensão ficou submetida a uma forma de gerir as informações coletadas e armazenadas. Uma forma de gerir o quantitativo em que se valoram as coisas a partir de números: sou uma professora em um programa de pós-graduação que recebeu nota quatro na avaliação da CAPES, colaborei acima ou abaixo da média necessária para melhorar a nota desse programa em um certo período, esse programa é alocado em uma unidade de ensino com cinco programas de pós-graduação, em uma universidade com vários outros programas em diferentes unidades de ensino. Não se trata mais de, ao situar-me em uma curva de Gauss a partir da distância em relação a certo ponto médio idealizado e fixo, projetar o que eu deveria fazer. Faço parte de uma porcentagem estatística definida por arranjos variáveis construídos por informações que visam a estabelecer um grupo que será mantido e, outro, banido, no caso atual da USP, do regime de contrato de dedicação integral à docência e à pesquisa (RDIDP)<sup>5</sup>.

Atualmente, o brinde será levantado se conseguirmos publicação em uma revista avaliada como A1, independentemente de o conteúdo, nesse artigo publicado, ser inofensivo e estéril ou ter conseguido tensionar e afligir o pensamento. Estamos mergulhados(as) em valores resultantes de modalidades de avaliação que conservam o utilitário e lucrativo. Escrever assim poderia causar desmerecimento a revistas em que muitas pessoas trabalham e se esforçam para a qualificação delas. Essas revistas não devem ser desmerecidas, e nem os(as) profissionais e pesquisadores(as) que nelas pu-

---

4 **Trabalhar com extensão universitária pública e gratuita se tornou, como apresentado no memorial escrito para o concurso de Livre-Docência, atitude de militância. Estivemos com o Professor Jean-Pierre Henri Pinel, da Universidade Sorbonne, Paris (Paris 13) em uma atividade no IPUSP em 2019. Apresentamos a proposta de trabalho do Plantão Institucional e ele se espantou por conseguirmos realizar um trabalho de longo prazo com tantos grupos. Nas universidades francesas, disse ele, isso seria impossível.**

5 **Isso explica a prática de avaliação da Comissão Especial de Regime de Trabalho da USP (CERT) sobre a produção de docentes. Docentes com excelente trabalho e intensa produção acadêmica têm tido os relatórios, relativos às suas atividades no período probatório, recusados. No IPUSP, uma professora recebeu essa avaliação mesmo tendo se tornado professora Livre Docente antes do término do período probatório.**

blicam. A questão não é essa; a questão é novamente a régua, a lógica pela qual os critérios de avaliação – notas das revistas, língua do país com o qual se faz internacionalização (inglês?) e número de publicações – criam uma pirâmide na avaliação dos(as) docentes a partir de um processo determinado pela decisão de quem avalia quem e para o quê (Schmidt, 2011)<sup>6</sup>.

A avaliação quantitativa do trabalho tem espírito de vigilância, é competitiva, e não crítica. Algumas situações ressaltam isso: discutindo sobre a questão da saúde mental na vida universitária com estudantes de pós-graduação do Instituto de Matemática e Estatística da USP, foi relatado que, se dois grupos de pesquisa (o exemplo era um grupo em São Paulo e outro na Bahia) realizam uma pesquisa sobre uma mesma questão, quem não conseguir publicar primeiro perde todo o trabalho, não consegue divulgar a pesquisa nas melhores revistas e a sina está traçada: a nota do programa de pós-graduação e o número de bolsas disponíveis entram nessa engrenagem. Outra situação: a corrupção na “compra-venda” de citações – esse indicador perdeu valor devido à pressão para que certos(as) autores(as) e trabalhos sejam citados(as) e lá vem nova regra para controlar aquilo que o próprio sistema produz: citar bibliografia recente, ampliando a referência de textos dos últimos cinco anos (Kastrup, 2010).

Os processos democráticos, a transparência das atividades acadêmicas e o compromisso com a sociedade foram capturados por algoritmos que, esses sim, expressariam se as coisas estão funcionando bem, se as pessoas estão trabalhando bem. Essa discussão esteve presente na recente implementação do relógio de ponto para controle do trabalho dos funcionários(as) técnico-administrativos(as) da USP, em 2017, em que “a existência de alguém que não cumpre com suas obrigações” tomou conta do imaginário em detrimento de reflexões sobre como cuidar, organizar, decidir e implementar nossas atividades. Houve, no Instituto de Psicologia, discussões fundamentadas em estudos aprofundados do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT), um dos serviços do IPUSP. As vozes nos corredores de que *isso não era tão ruim assim, afinal já existe em tantos lugares* tiravam de cena a prova concreta do absurdo presente na burocratização do trabalho, na intensa engrenagem de papeis, assinaturas, anuências e justificativas para os minutos a mais ou a menos, na necessidade de encerrar atendimentos psicológicos ou outros trabalhos para marcar o ponto, na desconsideração de que há funcionários(as) (o campo é heterogêneo) que realizam atividades fora do horário previsto, principalmente psicólogas que realizam trabalhos de extensão, que leem relatórios de alunos(as), fazem pesquisa e publicam. E mais vozes: *como assim? Publicam porque querem, pois isso não faz parte da função de funcionários(as) técnico-administrativos(as)*. No IPUSP, como reação a esse absurdo, colocaram um cartaz com os seguintes dizeres acima de um dos relógios de ponto: *mais vale um ponto bem batido do que um dia bem trabalhado*.

---

6 Em fevereiro de 1988, um domingo, o jornal *Folha de S. Paulo* divulgou nomes de professores(as) e pesquisadores(as) da Universidade de São Paulo (USP) que não teriam escrito ou publicado no período de 1985 a 1986. O rol desses nomes ficou conhecido como “lista dos improdutivos”. Maria Luisa Schmidt, professora do IPUSP, analisou diversas matérias publicadas sobre a questão da avaliação acadêmica e publicou, em 2011, o artigo “Avaliação Acadêmica, Ideologia e Poder” na Revista *Psicologia USP*.

As pessoas se adaptam, reorganizam-se e também adoecem. Os efeitos dessas formas de controle e a desvalorização da pauta de ações de extensão públicas e gratuitas<sup>7</sup> foram demandando mais e mais esforços para mantermos a qualidade do trabalho no SePE e de atividades de extensão universitária. A palavra “público” concerne ao trabalho no Plantão Institucional. Não apenas por referir-se à oferta de um serviço público e gratuito, mas por pretender alçar a função pública das atividades exercidas pelas equipes atendidas. Como dissemos, ao eleger alguns princípios referentes a esse trabalho: todo(a) servidor(a) público(a) (ou profissional que atua em instituição cuja atividade-fim é de interesse público, como Educação, Saúde ou Assistência Social) tem, em sua ação cotidiana, uma dimensão política que implica responsabilidade em relação à função pública daquela instituição. Temos, também, essa responsabilidade.

A postura eticopolítica no Plantão Institucional necessita da circulação horizontal da palavra na discussão do exercício profissional sobre as práticas cotidianas vividas pelas equipes que nos procuram. Para haver espaços-tempos em que a palavra circule é necessário agir naquilo que a aprisiona. Utilizada como manejo de trabalho no Plantão Institucional, o exercício da escrita endereçada, além de pretender que todos(as) possam falar (e falem) a partir de seus lugares (de diferentes funções na equipe e diferentes papéis no grupo) de forma horizontal, visa a que essa fala circule no sentido de sair de si mesma, desloque-se, passeie no trânsito das várias missivas escritas e recebidas nesse exercício.

As cartas-relatórios, a *linha-em-branco* e a escrita endereçada são esforços, apostam em processos de diferenciação. Como diz Rodrigues (2015, p. 29), “temos ensaiado menos a grande revolução que a revolta situada, menos a organização que a ação exemplar, menos a aceitação acrítica de uma presença que a atenção a um presente que pode portar, e sempre porta, a diferença intempestiva dos novos modos de pensar, agir e ser”. Ensaios nada fáceis, nem haveriam de ser, pois as histórias das quais participamos se dão em contexto de intensa injustiça social. Ao pretender saber dos rumos das vidas das quatro crianças acompanhadas na pesquisa de Patto (1990), Souza e Amaral (2015) buscaram essas pessoas, então adultas, 25 anos depois. Teceram uma narrativa a partir de encontros em que, com muita delicadeza e aliança, mostraram os intensos esforços nas formas de viver em que se cruzam situações de pobreza, marginalização e marcas negativas do processo de escolarização.

Se as histórias e os desafios relatados pelas equipes e os ensaios realizados não são nada fáceis, difícil mesmo seria se não desenvolvêssemos, no contexto e tempo dados que temos com as equipes, formas de habitar e gerar inflexões no jogo de dominação em que certos saberes são mais validados que outros: nas equipes, no SePE e na universidade. A universidade participa do diagrama de forças em que se constituem os saberes como práticas discursivas e, se pautadas pela razão instrumental (Silva,

---

7 Acompanhamos, em reuniões do Conselho da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, a presença de cursos pagos nas pautas. Esses cursos se tornaram um dos carros-chefes do que se denomina como atividade de extensão universitária. E, se forem a distância, avalia-se que mais pessoas podem se inscrever e se beneficiar do conteúdo. Nessas reuniões, há quem lembre da importância de defendermos os cursos, as atividades e os atendimentos de maneira a manter o caráter público e gratuito da universidade.

1997), essas práticas, ao se agenciarem com experiências outras, se encontrarão com a alteridade de forma autoritária e destrutiva. O cuidado é contínuo.

Muitas vezes escrevemos, neste texto, sobre a potência de variação que o exercício da escrita endereçada permitiu ao romper a fixidez dos lugares e dos pensamentos. Mas, para que essa potência se desse, as conexões e as variações dependiam da garantia de um destino ético. Não é por haver conexão e variação que algo se definirá como sendo bom. Encontros podem ser devastadores e a conexão pode resultar em aniquilamento – os povos indígenas insistem em nos ensinar isso.

Como todo trabalho e encontro, o exercício da escrita endereçada corre lá seus perigos. Fomos aprendendo, ao coordenar essa atividade, a pactuar com a força da mutabilidade de papéis e cuidar dos estranhamentos que surgem em diferentes momentos do procedimento que desequilibram uma certa posição-pensamento, como ocorre, por exemplo, no momento em que um(a) destinatário(a) apresenta efeitos não previstos a quem foi remetente da carta. Lembrando, remetentes e destinatários(as) são incorporados(as) por profissionais que têm diferentes funções e histórias em uma certa equipe de trabalho e, portanto, o diálogo entre destinatário(a) e remetente é atravessado por essas funções e histórias. Isso exige atenção.

O desequilíbrio, o desconforto e o estranhamento produzidos por esse exercício podem, em uma certa encruzilhada, intensificar a busca pela certificação de uma verdade única e de mecanismos de culpabilização. Mas serão, também, o desequilíbrio, o desconforto e o estranhamento – efeitos da presença da alteridade – que poderão provocar a força relacional e vital nas discussões das equipes, fazendo do mal estar micropolítico terreno de diferenciação de si (si como equipe) e de expansão de vida (como direção ética).

Quando as ações e os pensamentos se tornam prenes de apostas, contrariam aquilo que nos imobiliza: uma submissão à ideia de que não atingiríamos o campo macropolítico e que, portanto, nossas ações nada o alteram. Se é verdade que jamais podemos antecipar os alcances de uma ação no campo macropolítico, também é verdade que, quando apartados do processo de produção do que nos tornamos e, portanto, do tornar-se, fortalecemos o *nada-podemos* em que engrenagens hierarquizadas, naturalizadas e opressoras intensificam o isolamento. A produção de isolamento é tecnologia de poder e de forma de viver.

A oferta de espaços coletivos de discussão convergiu esforços para estarmos menos apartados do agenciamento em que nos tornamos quem somos. Os objetivos de ampliar a circulação horizontal da palavra entre as pessoas diretamente concernidas às questões sobre as quais refletir e de fortalecer a grupalidade das equipes foram nossos parâmetros para analisar as propostas do Plantão Institucional diante de processos de hierarquização de saberes e naturalização de práticas.

Portanto, neste trabalho, as experiências fundamentaram as análises.